

**TRADUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA ENTREVISTA COM
MONA BAKER**

**TRANSLATION AND SOCIAL CHANGE: AN INTERVIEW WITH MONA
BAKER**

Junia Zaidan¹

Mona Baker²

Tradução de Junia Zaidan e Patrick Rezende

No segundo semestre de 2018, durante estágio de pós-doutoramento junto ao Centro de Tradução e Estudos Interculturais (CTIS), na Universidade de Manchester, Inglaterra, fui apresentada à Profa. Mona Baker, que, por mais de uma década, já compunha a bibliografia dos cursos que eu ministrava na Universidade Federal do Espírito Santo. Oriunda de um país não hegemônico, o Egito, tem desempenhado na Europa papel fundamental para dar visibilidade a uma gama de questões, conflitos, violências e narrativas da periferia do sistema mundo, que talvez se mantivessem pouco exploradas no campo da tradução, caso Mona Baker prescindisse da inarredável inscrição do tradutor nos problemas sociais de seu tempo. Hoje Professora Emérita da Universidade de Manchester, Baker acumula realizações como a fundação do CTIS, da Associação Internacional de Tradução e Estudos Interculturais, e do periódico internacional *The Translator*; a formação de inúmeros pesquisadores em todo o mundo; a afirmação do papel necessariamente engajado do intelectual em um mundo estruturado a partir da opressão de quem vive do trabalho, bem como a publicação de obras que têm fortalecido e dado contornos ao campo relativamente jovem dos Estudos da Tradução e Interpretação (cf. lista de publicações ao final da entrevista). Generosamente, ela concordou em dispor de seu concorrido tempo, no início de 2019, para nos conceder a entrevista com a qual

¹ Junia Zaidan é Professora Adunta da Universidade Federal do Espírito Santo e coordena o Observatório de Tradução: arte, mídia e ensino (<http://observatoriodetraducao.ufes.br/>). Realizou a entrevista à Mona Baker no primeiro semestre de 2019.

² Mona Baker é Professora Emérita do *Centre for Translation and Intercultural Studies*, da Universidade de Manchester, no Reino Unido e fundadora da Associação Internacional de Tradução e Estudos Interculturais (www.iatis.org).

abrimos o presente dossiê. A versão original da entrevista, em inglês, encontra-se logo após esta sua tradução para a língua portuguesa.

Junia Zaidan: Na América Latina, os Estudos da Tradução e Interpretação evoluíram notavelmente ao longo da última década. Apesar disso, ainda é longo o caminho a percorrermos para consolidar espaços acadêmicos e sociais em que a tradução e a interpretação sejam percebidas, reconhecidas e valorizadas. Na sua opinião, o que é necessário para isso?

Mona Baker: Os Estudos da Tradução e Interpretação passaram pela mesma fase na Europa e no mundo anglófono e, em alguns casos, ainda preocupam-se com questões teóricas internas à área, deixando assim de ampliar suas circunscrições, tanto em termos acadêmicos, quanto de forma geral. Exemplos disso são a preocupação em fornecer uma definição estanque da tradução em si; os questionamentos sobre a pertinência de pesquisas relativas a tradutores voluntários e sem qualificação nos estudos da tradução; se os usos metafóricos do termo *tradução* por estudiosos de outras áreas invadem nosso território, constituindo uma ameaça à disciplina. A fim de conectar nosso trabalho acadêmico com os espaços sociais em que a tradução e a interpretação funcionam fora da torre de marfim e de demonstrar como a tradução afeta o mundo real e, em geral, a academia, precisamos adotar uma concepção mais ampla de tradução e desenvolver um discurso realista sobre nosso objeto de estudo, uma concepção que faça sentido e seja acessível aos pesquisadores de outras disciplinas, assim como ao público.

Se compararmos os estudos da tradução com áreas como a etnografia e a antropologia, que têm uma longa história de engajamento com as ramificações do que se apresenta como pesquisa acadêmica e seu impacto nas comunidades sobre as quais escrevem, ou novas áreas de estudo, como os estudos culturais, os estudos dos movimentos sociais, e de gênero - cuja razão de ser sempre foi analisar aspectos específicos dos contextos sociais que constituem seu objeto de estudo - os estudos da tradução e interpretação têm uma história muito diferente. Tradicionalmente, a área sempre foi associada a uma profissão específica e, portanto, sua história inicialmente teve uma orientação bem prática

ligada a essa profissão. Mesmo hoje, muitos pesquisadores em tradução têm como prioridade dar maior visibilidade aos tradutores e intérpretes profissionais, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para aprimorar seu desempenho, incluindo recursos pedagógicos para a formação de uma nova geração de profissionais, além de garantir que o discurso acadêmico e público em torno da tradução evite dar a impressão de que tradutores e intérpretes intervêm de alguma forma nos textos que traduzem para outras línguas. O compromisso com a não intervenção, em especial, é considerado necessário como garantia aos clientes e ao público de que podem confiar que os tradutores e intérpretes não deixarão qualquer vestígio de suas próprias visões ou ideologias nos textos que produzem, não contaminarão a mensagem que o emissor “tem em mente”.

Contudo, a fim de sermos reconhecidos e valorizados, precisamos abandonar debates infrutíferos e irrealistas como esses. Ao invés disso, precisamos demonstrar a relevância do trabalho de outros estudiosos, seja qual for a definição de tradução que adotem; e dos diversos aspectos da vida social, cultural e política. Mesmo em relação à formação de futuros tradutores e intérpretes profissionais, não faz sentido e tampouco é realista focalizar apenas as necessidades e preconceitos de clientes potenciais e ignorar as responsabilidades éticas e sociais de tradutores e intérpretes como cidadãos que participam ativamente da produção de todos os aspectos do ambiente em que vivemos. Como argumenta Couldry em seu prefácio ao livro *Citizen Media as Practice* (STEPHANSEN; TRERÉ, no prelo), “Afim, a pedagogia presta-se a liberar o potencial para imaginarmos novos modos de vida”. E devo acrescentar que tanto os futuros tradutores e intérpretes quanto os demais membros da sociedade são capazes não apenas de imaginar novas realidades, mas também de se responsabilizarem por sua construção.

Junia Zaidan: Se a transformação social for entendida como o resultado desejado de uma luta maior que tem dimensões políticas, econômicas e discursivas, qual é o papel que a tradução desempenha no engajamento contemporâneo contra a opressão? A “virada sociológica” teorizada por alguns estudiosos implica que o campo está agora mais envolvido do que possa ter estado antes. Ou será que o envolvimento simplesmente se tornou mais explícito?

Mona Baker: A tradução sempre desempenhou um papel fundamental no combate à opressão e à hegemonia em seus muitos disfarces, como é evidente em uma ampla gama de estudos que documentam a contribuição de tradutores e intérpretes à resistência contra o racismo, o fascismo, a colonização e a ditadura (RAFAEL, 1993; TYMOCZKO, 1999; ASIMAKOULAS, 2007; 2009). Atualmente, esse papel assumiu uma importância especial, dado o impacto da globalização e da interconectividade das lutas pelo mundo, e, para além da arena da prática, estendeu-se ao campo acadêmico. Calzada Pérez, por exemplo, argumentou que na era do novo consumismo, os estudos de tradução devem "se tornar uma plataforma de resistência ideológica" (2007, p. 246), sobretudo convocando os estudiosos da tradução a contribuírem para resistirem à "ideologia hegemônica do Novo Consumismo" (Ibid, p. 265), ao se "expor e contestar alguns dos aspectos negativos da publicidade" (Ibid, p. 243). Então, em certo sentido, você está certa: o engajamento de hoje não apenas vem à tona como uma questão nos estudos de tradução, mas também é ativamente defendido e promovido no debate em curso sobre a missão da disciplina e como esse engajamento deveria ou não se situar dentro da profissão ou da sociedade em geral. Julie Boéri aborda essa questão explicitamente em relação a como associações profissionais poderosas, como a AIIC (Associação Internacional de Intérpretes de Conferência), responderam à tendência crescente de intérpretes profissionais e estudiosos de interpretação se envolverem no movimento altermundialismo e em coletivos ativistas como *Babels*³ (BOÉRI, 2008). Ela representa uma nova geração de teóricos de tradução e interpretação que estão preparados para desafiar o pensamento tradicional na profissão e na disciplina, e são capazes de demonstrar que o ativismo não é incompatível com altos padrões profissionais e acadêmicos de desempenho.

Em termos de vertentes acadêmicas, eu tendo a evitar o termo "virada" (a virada sociológica, a virada cultural, a virada narrativa) porque tem uma tendência a compartimentalizar e simplificar excessivamente o que na prática pode ser interconectado e fluido em termos de abordagens e metodologias. De fato, a melhor vertente acadêmica,

³ *Babels* é uma rede internacional de intérpretes e tradutores voluntários, cujo principal objetivo é atuar junto aos fóruns sociais. <http://www.babels.org/>

a meu ver, resiste a rótulos desse tipo, especialmente em um campo interdisciplinar como o nosso.

Em nossa introdução à terceira edição da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, que será lançada ainda este ano, Gaby Saldanha e eu apontamos ainda que "embora a disciplina tenha atingido um novo nível de maturidade, ainda não gerou pesquisa histórica suficiente sobre seu próprio desenvolvimento para considerarmos se segue o padrão de períodos governados pela tradição e pontuado por períodos de mudança rápida e completa, ou 'viradas', como Kuhn afirmou sobre o conhecimento científico". Além disso, se por "sociológico" você se refere a estudos de tradução e interpretação que se baseiam em trabalhos de estudiosos como Bourdieu e Luhmann, então a evidência para se engajar em questões de resistência à opressão e à hegemonia tem sido bastante limitada até agora. É típico dos estudos que aprofundaram significativamente nossa compreensão sobre o papel da tradução e da interpretação nas lutas históricas e contemporâneas contra a opressão e os valores hegemônicos adotarem abordagens diversificadas. Cabe também pontuar que muitos desses estudos estão localizados fora da disciplina – veja, por exemplo, o trabalho de Talal Asad na antropologia e Gayatri Chakrovorty Spivak, nos estudos pós-coloniais.

Junia Zaidan: Nossa recente experiência nacional reverbera, de muitas formas, algumas das questões que você tem levantado em seu trabalho sobre a tradução, uma das quais é em que medida a tradução ativista voluntária consegue engajar-se em narrativas, a fim de enfrentar os discursos hegemônicos do norte ocidental. De que formas uma abordagem narrativa em tradução pode se comprometer com a transformação social? Quais são suas limitações?

Mona Baker: Penso que a abordagem narrativa possui diversas vantagens-chave que ultrapassam a esfera da tradução ativista e voluntária, embora sua aplicação venha sendo particularmente exitosa nessa área. Primeiro, a abordagem narrativa trata as escolhas tradutórias não como desafios linguísticos pontuais, mas, principalmente como práticas

humanas com um impacto direto sobre a vida social e política. Cada escolha é considerada - ao menos potencialmente – como uma espécie de índice que ativa uma narrativa, uma história que reconta parte da experiência de um determinado ponto de vista e, ao fazer isso, nos convida a efetuar juízo de valor, atribuir responsabilidade e nos posicionarmos frente às comunidades e aos relacionamentos. A abordagem narrativa solicita, portanto, que vejamos a tradução não como uma mera prestação de serviço a ser ‘aperfeiçoado’, mas como um esforço ético sobre o qual devemos refletir criticamente.

Segundo, a abordagem narrativa estimula o analista a pesquisar sem limitar-se à elaboração de uma dada narrativa em certa situação individual de tradução, e a traçar sua trajetória através de diversos textos e situações e em diferentes mídias. Isso porque a narração é concebida como um processo difuso e dinâmico que atravessa encontros e textos individuais e explora todas as mídias e recursos disponíveis ao narrador, ao mesmo tempo em que possibilita a constante negociação entre partes diferentes e, não raro, conflitantes.

O mais importante a meu ver é que, diante da preocupação de longa data com binarismos e outros tipos de categorização rígida na disciplina, a teoria narrativa resiste à simplificação das escolhas do tradutor por uma questão de estratégia (por exemplo, naturalização *versus* exotização ou domesticação *versus* estrangeirização), reconhecendo, ao invés disso, que, no mundo real, e principalmente em situações de conflito intenso, tradutores e intérpretes variam suas estratégias, a fim de atingir objetivos políticos concretos, não aderindo a princípios abstratos ou a formatos textuais. A abordagem narrativa baliza, portanto, estudos mais engajados que rejeitam níveis altos de abstração, favorecendo caracterizações complexas e reflexivas sobre o impacto da tradução em situações concretas da vida real.

Mas, ao mesmo tempo, importa reconhecer que a teoria narrativa não é fácil de aplicar. Uma dificuldade recorrente entre os pesquisadores é a falta de um modelo de análise consistente e sistemático, como aquele oferecido por Bourdieu, na teoria do campo, por exemplo, ou como a análise crítica do discurso. Essa dificuldade é agravada pelo fato de não haver uma, mas muitas teorias narrativas, e a mais construtivista entre elas (de que a linha sacionarrativa que tenho usado em meu trabalho é um ótimo exemplo) é também a

mais indefinida em termos de uma metodologia explícita. A teoria sicionarrativa não oferece aos estudiosos um modelo para analisar os encontros, mas um conjunto de conceitos gerais, como, por exemplo, narrativas públicas e pessoais, além de elementos como relacionalidade, apropriação seletiva e genericidade. Alguns estudiosos equivocadamente acham que aplicar a teoria narrativa envolve a mera identificação desses elementos em seus dados de uma forma mecanicista, através de uma *'checklist'*, ao invés de valerem-se deles apenas quando tornam-se relevantes, suplementando-os com atenção a um conjunto de elementos textuais e não textuais de natureza aberta que podem se mostrar proveitosos na elaboração de certa narrativa. Tais elementos podem incluir cor, tom, padrões colocacionais, ironia, até mesmo a direcionalidade da tradução e da escolha de línguas fonte e alvo (cf. BAKER, 2010), além de uma gama de outros sinais verbais e não verbais, a depender do contexto e natureza dos dados em análise. Uma análise que não integre esses conjuntos distintos de elementos para dar sentido às formas intrincadas e cheias de nuances com que a tradução impacta a realidade social e política sequer vale a pena ser feita. Mas é o tipo mais rigoroso de análise.

Junia Zaidan: O combate às forças externas imperialistas das chamadas nações desenvolvidas tem sido a luta de diversos coletivos de tradutores voluntários no Brasil, que têm legendado vídeos, traduzido cartas abertas, abaixo-assinados, moções, entre outros atos de tradução, desde o golpe de Estado de 2016 no Brasil (cf. ZAIDAN, 2019). Nós, dos países da América Latina, Ásia e do Oriente Médio, imersos como estamos todos nessa lógica de alta carga imperialista internacional, temos pontos em comum?

Mona Baker: Sem dúvida. De fato, através das entrevistas que realizei com membros do coletivo Mosireen no Egito (BAKER, 2016), fiquei sabendo que houve real tentativa de se conectarem com ativistas da América Latina, principalmente do Brasil e da Argentina. Quando me concedeu uma entrevista, em 18 de janeiro de 2014, Philip Rizk, um dos cineastas envolvidos nesse movimento, disse:

[...] houve um momento em que entrei em contato com o Movimento Passe Livre... que estivera envolvido nas manifestações no Brasil meses antes. Foi importante para mim naquele momento tornar os vídeos acessíveis em português, pois muita coisa estava acontecendo lá e eu queria criar esse vínculo.

Ao responder a uma pergunta sobre em quais línguas (por exemplo, português e espanhol) legendar os vídeos do Mosireen, Philip explicou ainda que

É importante conectar-se como esse tipo de protesto pelo mundo, pois, embora haja uma sensação generalizada aqui no Egito de que a reação popular está conectada ou relacionada com os protestos nos outros lugares, penso ser importante tentar promover esses tipos de interpretação ao máximo. Acho também importante lembrar, principalmente em tempos como este, que o que aconteceu no Egito foi, em grande medida, inspirado pelo que aconteceu em outros lugares e vice versa.

A discussão de Samah Selim sobre ‘tradução na crise’ *versus* ‘tradução profunda’, no capítulo de sua autoria para ao volume *Translating Dissent*, também confirma que as conexões entre as lutas travadas mundo afora são parte mesma da visão de tradutores ativistas sobre o modo como a transformação social e política pode ser alcançada. Contrastando a ‘tradução na crise’, definida como “um chamamento de emergência pela solidariedade”, com a ‘tradução profunda’, Selim defende esta segunda como forma de construir “redes internacionais de solidariedade que estejam, todavia, profundamente enraizadas nas lutas granulares de um lugar específico.” (SELIM, 2016, p. 84). Ao atuar junto aos cineastas do coletivo Mosireen durante o levante no Egito, entre 2011 e 2013, legendistas ativistas como Selim garantiram que “em 2012, uma série de vídeos sobre as manifestações no setor industrial egípcio e ligadas ao controle dos operários sobre fábricas abandonadas e recentemente estatizadas” fossem legendados para o espanhol, a fim de garantir que “se forjassem vínculos com os movimentos de recuperação das fábricas na Argentina, que emergiram no início da grande moratória argentina de 2001” (op. cit., p. 85). Numa linha diferente desta, “[um] documentário sobre o movimento pela recuperação da fábrica Argentina Zanon foi legendado para o árabe e exibido a operários egípcios então em greve na Refinaria Iffco, com base em Suez” e “[uma] mensagem de solidariedade dos operários da Zanon para os operários da fábrica Cerâmica Cleópatra, então em greve, também foi traduzido como parte dessa iniciativa do coletivo Mosireen e exibida aos trabalhadores no Egito.” (op. cit.).

Não há dúvida de que uma cultura compartilhada de resistência existe ao redor do mundo hoje e que tradutores e intérpretes ativistas voluntários têm papel chave em fomentar as conexões que mantêm tal cultura viva. Mas muitos outros setores da sociedade também têm ciência dessa conectividade das lutas, tanto aquelas lutas ligadas aos territórios,

quanto em relação a formas de opressão como o racismo e o colonialismo. Ao justificar sua recusa em autorizar a tradução e publicação de seu livro *A Cor Púrpura* em Israel, por exemplo, Alice Walker traçou uma analogia entre a luta dos negros e a luta dos palestinos por seus direitos, afirmando que “as políticas de Israel eram piores do que a segregação que ela sofrera com jovem negra americana” (*Times of Israel*, 2012).

Dito isso, é também evidente que muito mais precisa ser feito para conectar os movimentos nas diversas partes do mundo, incluindo o Oriente Médio e a América Latina com os movimentos na Ásia e na África. O congresso que organizei no Cairo em 2015 (cf. <https://globalizingdissent.wordpress.com/>) e o retorno que tive ao final de várias palestras em diferentes partes do mundo chamaram minha atenção para essa questão. Por exemplo, uma das ativistas que participou do congresso no Cairo era de Taiwan e, posteriormente, me escreveu para dizer que lá eles não sabiam muito sobre o que estava acontecendo no Egito; ela então se ofereceu para legendar voluntariamente alguns vídeos do Mosireen para o chinês, a fim de ajudar a disseminar o material. De forma semelhante, quando dei uma palestra sobre legendagem voluntária durante as revoltas no Egito, na Universidade de Virginia, Charlottesville em 2014, uma estudante da Etiópia me abordou ao final para dizer que havia muita coisa acontecendo no país dela, mas que tudo estava desconectado e invisível aos ativistas de outras partes do mundo, incluindo o Egito. Isso sugere que muito mais precisa ser feito para conectar ativistas, especialmente na Ásia e na África, e que temos que priorizar a legendagem e a tradução entre línguas como o suahíli, o chinês, o urdu, o tailandês e a língua amárica, ao invés de continuar dando foco exclusivo ao inglês e outras línguas europeias.

Junia Zaidan: Como voz de um país não hegemônico, seu trabalho, na Europa, tem desempenhado um papel fundamental para dar visibilidade a uma gama de problemas, conflitos, violências e narrativas da periferia que, de outra forma, talvez se mantivessem desconhecidas. Que conselho daria a estudantes de graduação e pós-graduação de um país latinoamericano marcado pela violência (neo)colonial como o Brasil? Como desconstruir perspectivas eurocêntricas sobre a sociedade através de tradução?

Mona Baker: Esta é uma questão difícil, pois acredito que cada um de nós se baseia em um conjunto diferente de experiências e potencialidades para fazer nossa própria contribuição para os campos nos quais acabamos trabalhando. Além disso, a contribuição que conseguimos fazer é restringida ou possibilitada pelas circunstâncias particulares - incluindo os ambientes de trabalho - nas quais nos encontramos, especialmente no início de nossas carreiras, quando nos faltam a experiência e a confiança para articular uma visão que reflita nossa própria perspectiva sobre o mundo e que seja capaz de envolver os outros.

Tive muita sorte de ter trabalhado em um ambiente flexível e que me forneceu amplo apoio no início de minha carreira acadêmica, embora seus valores hegemônicos e modos de interação tenham me intimidado por vários anos, até que eu pudesse adquirir confiança e experiência suficientes para me voltar contra eles. Fui especialmente feliz nessa fase por ter tido uma liberdade considerável para investigar qualquer tópico que me atraísse, e tempo para experimentar diferentes tipos de pesquisa. Isso não é mais comum na academia, principalmente no Reino Unido, onde a maioria dos acadêmicos trabalha muitas horas apenas para conseguir dar conta das obrigações básicas de ensino e deveres administrativos, e onde várias medidas têm sido postas em prática para direcionar suas pesquisas de acordo com referências como o fator de impacto, bem como a pressão para solicitarem subsídios destinados a temas específicos.

Embora possa oferecer algumas vantagens, esse cenário tem o efeito de engessar as carreiras, deixando os acadêmicos novatos com tempo para pensar apenas nos prazos a cumprir e no próximo obstáculo a transpor, a fim de garantir um emprego fixo na academia, praticamente sem qualquer chance de desenvolver confiança suficiente para questionar valores e práticas hegemônicas. Os pesquisadores em início de carreira, antes que percebam, veem-se presos em uma combinação particular de temas de ensino e pesquisa, dentro de sua disciplina escolhida, que precisam priorizar para conseguirem um emprego - porque essas são as áreas de ensino exigidas e os tipos de pesquisa considerados válidos pelas instituições hegemônicas a que estão se candidatando.

Esses desafios existem para os estudiosos de países hegemônicos ou não, e exigem um alto nível de determinação, bem como sorte, para que se possam superá-los. Desafios

dessa natureza à parte, os jovens acadêmicos devem ser encorajados a abordar a pesquisa como uma iniciativa digna e proveitosa, em vez de uma tarefa ou um meio de garantir um emprego acadêmico. Quanto mais uma área de pesquisa capta suas imaginações, mais provável é que eles façam contribuições genuínas para ela. Quanto mais forte for a sua posição na academia, e quanto mais eles colaborarem dentro de redes organizadas, como sindicatos e associações, mais capazes serão de introduzir fissuras dentro do edifício das estruturas hegemônicas.

English Version

Junia Zaidan: Translation and interpreting studies in Latin America have evolved noticeably over the last decade or so. Still, we have a long way to go to consolidate academic and social spaces in which translation and interpreting are noticed, recognized and valued. In your view, what are the requirements for that?

Mona Baker: Translation and interpreting studies have gone through the same phase in Europe and the Anglophone world, and in some cases are still preoccupied with internal, theoretical issues that are failing to engage wider constituencies, both academic and public. These issues include a preoccupation with how to produce a water tight definition of translation *per se*; whether studies of untrained or volunteer translators fall within the remit of translation studies; and whether metaphorical uses of the term *translation* by scholars in other fields encroach on our territory and constitute a threat to the discipline. In order to connect our academic work with the social spaces in which translation and interpreting function outside the ivory tower, and to demonstrate how consequential translation is in the real world and in the academy at large, we need to adopt a broader understanding of translation and develop a realistic discourse about our object of study, one that is meaningful and accessible to scholars in other disciplines as well as members of the public.

Unlike areas such as ethnography and anthropology, which have had a long history of engaging with the ramifications of what is presented as academic research and its impact

on the communities they write about, or new areas of scholarship such as social movement studies, cultural studies or gender studies, whose very *raison d'être* has been to critique specific aspects of the social contexts that constitute their object of study, translation and interpreting studies have a very different history. The field is traditionally associated with a specific profession, and its history therefore began with a very practical orientation towards that profession. Even now, many translation scholars see their priority as raising the profile of professional translators and interpreters, providing them with the tools they need to improve their performance, including pedagogical resources to train a new generation of professionals, and ensuring that the academic and public discourse around translation avoids giving the impression that translators and interpreters might intervene in any way in the texts they render into other languages. The commitment to non-intervention in particular is considered necessary to reassure clients and the public that they can trust translators and interpreters not to leave any trace of their own views or ideologies in the texts they produce, to not contaminate the 'intended' message of the sender.

To be recognized and valued, however, we need to leave such sterile and unrealistic debates behind. Instead, we need to demonstrate relevance to the work of other scholars, whatever definition of translation they adopt, and to different aspects of social, cultural and political life. Even in terms of educating the next generation of professional translators and interpreters, it is simply not realistic or meaningful to focus only on the existing needs and prejudices of prospective clients and ignore the ethical and social responsibilities of translators and interpreters as citizens who actively participate in shaping all aspects of the environment in which we live. As Couldry argues in his foreword to *Citizen Media as Practice* (Stephansen and Treré, in press), "Pedagogy, after all, is about unlocking the potential for imagining new worlds". I would add that would be translators and interpreters are as capable of and responsible for imagining such new worlds as all other members of society.

Junia Zaidan: If social change is understood as the desired result of a larger struggle that has political, economic and discursive dimensions, what is the role translation plays in

the contemporary engagement against oppression? The ‘sociological turn’ theorized by some scholars implies that the field is now even more engaged than it might have been before. Or is it the case that engagement has simply become more explicit?

Mona Baker: Translation has always played a key role in fighting oppression and hegemony in their many guises, as evident in a wide range of studies that document the contribution of translators and interpreters to resistance against racism, fascism, colonization and dictatorship (Rafael 1993, Tymoczko 1999, Asimakoulas 2007, 2009). Today, this role has assumed special importance, given the impact of globalization and the interconnectedness of struggles across the world, and has extended beyond the arena of practice to that of scholarship. Calzada Pérez, for example, has argued that in the age of new consumerism, translation studies must “become a platform for ideological resistance” (2007:246), specifically calling for translation scholars to contribute to resisting “the hegemonic ideology of New Consumerism” (ibid.:265) by “exposing and contesting some of the negative aspects of advertising” (ibid.:243). So, in a sense you are right: engagement today has not just come to the fore as an issue in translation scholarship, but is also actively defended and promoted in the ongoing debate about the remit of the discipline and how it should or should not locate itself within the profession and the wider society. Julie Boéri addresses this issue explicitly in relation to how powerful professional associations such as AIIC (the International Association of Conference Interpreters) have responded to the growing trend of professional interpreters and scholars of interpreting becoming involved in the alter-globalization movement and in activist collectives such as Babels (Boéri 2008). She represents a new generation of translation and interpreting scholars who are prepared to challenge received wisdom in the profession and discipline, and are able to demonstrate that activism is not incompatible with high professional and scholarly standards of performance.

In terms of strands of scholarship, I tend to avoid the term ‘turn’ (the sociological turn, the cultural turn, the narrative turn) because it has a tendency to compartmentalize and oversimplify what in practice may be interconnected and fluid approaches and methodologies. Indeed, the best scholarship in my view resists labels of this type,

especially in an interdisciplinary field like ours. In our introduction to the third edition of the *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, due out later this year, Gaby Saldanha and I further point out that “while the discipline has arguably reached a new level of maturity, it has not yet generated sufficient historical research on its own development for us to consider whether it does follow the pattern of periods governed by tradition and punctuated by periods of rapid and complete change, or ‘turns’, as Kuhn claimed about scientific knowledge”. Moreover, if by ‘sociological’ you refer to studies of translation and interpreting that draw on the work of scholars such as Bourdieu and Luhmann, then evidence for engaging with issues of resistance to oppression and hegemony has been rather limited so far. Typically, studies that have offered important insight into the role of translation and interpreting in both historical and contemporary struggles against oppression and hegemonic values have been eclectic in approach. Importantly, too, many of these studies are located outside the discipline. The work of Talal Asad in anthropology and Gayatri Chakravorty Spivak in postcolonial studies comes readily to mind here.

Junia Zaidan: In many ways, our recent national experience resonates with some of the issues you have raised through your work on translation, one of which is the extent to which volunteer activist translation can engage with narratives to counter hegemonic western northern discourses. In what ways can a narrative approach to translation engage with social change? What are its limitations?

Mona Baker: The narrative approach, in my view, has a number of key strengths that extend beyond the sphere of activism and volunteer translation, although its application has been particularly successful in this area. First, it treats translational choices not as local linguistic challenges but primarily as human practices that have a direct impact on the social and political world. Every choice is considered – at least potentially – as a kind of index that activates a narrative, a story that recounts slices of experience from a particular vantage point, and in so doing invites us to pass moral judgement, assign responsibility, and position ourselves within communities and relationships. The narrative approach therefore demands that we see translation not merely as a professional service to be ‘perfected’ but as an ethical endeavour to be critically reflected upon.

Second, it encourages analysts to go beyond investigating the elaboration of a given narrative in an individual translation or interpreting event by tracing its trajectory across several texts and events, and across different media. This is because narration is conceptualized as a diffuse, dynamic process that cuts across individual encounters and texts and exploits all media and resources available to the narrator, at the same time as being constantly negotiated among different, often conflicting parties. Most importantly in my view, given a long history of preoccupation with binarisms and other types of rigid categorizations in the discipline, narrative theory resists the streamlining of translator choices into types of strategy (such as naturalization vs exoticization or domestication vs foreignization), acknowledging instead that in the real world, and especially in situations of intense conflict, translators and interpreters vary their strategies in order to pursue concrete political goals rather than adhere to abstract principles or textual formats. It therefore supports more engaged studies that eschew high levels of abstraction in favour of offering complex, reflexive accounts of the impact of translation in concrete, real-life situations.

At the same time, it is important to acknowledge that narrative theory is not easy to apply. A recurrent difficulty for scholars concerns the lack of a consistent, systematic model of analysis, of the type offered by Bourdieu's field theory, for instance, or critical discourse analysis. This difficulty is compounded by the fact that there is not one but many narrative theories, and the most constructivist among these (of which the socio-narrative strand I have used in my work is a prime example) is also the most elusive in terms of offering an explicit methodology. Socio-narrative theory does not offer scholars a template for analysing encounters but purely a set of broad concepts such as public vs personal narratives and features such as relationality, selective appropriation and genericness. Some scholars have mistakenly assumed that applying narrative theory merely involves identifying these features in their data in a mechanistic, 'checklist' fashion, rather than invoking them only as and when they become relevant and supplementing them with attention to an open-ended set of textual and non-textual elements that can be shown to contribute to the elaboration of a given narrative. These elements may include colour, pitch, collocational patterns, irony, even directionality of translation and choice of source

and target languages (see Baker 2010), and a host of other verbal and non-verbal signalling mechanisms, depending on the context and nature of the data under analysis. Only an analysis that integrates these disparate sets of features to produce meaningful insights into some of the intricate and nuanced ways in which translation impacts social and political reality is worth pursuing, but this type of analysis is also the most demanding.

Junia Zaidan: Fighting external imperialist influence motivated by the vested interests of so-called developed nations has been the struggle of a number of collectives of volunteer translators in Brazil, since the coup d'état in 2016, who subtitled activist videos, translated open letters, motions, among other acts of translation (cf. ZAIDAN, 2019). Embedded as we all are in a highly charged international imperialist logic, do you see points in common between Latin America, Asia and the Middle East?

Mona Baker: Absolutely. In fact, I know from the interviews I conducted with members of the Mosireen collective in Egypt (see Baker 2016) that they actively sought to connect with activists in Latin America, especially Brazil and Argentina. Philip Rizk, one of the film makers involved in this movement, told me when I interviewed him on 18 January 2014:

... at some point, I got in touch with the Free Fares Movement ... who were involved in the uprising in Brazil some months back. And it was important for me at that time to make our videos accessible in Portuguese, because there was a lot happening there and I wanted this connection to exist.

Philip went on to explain the need for such connections further, in response to a question about the choice of languages such as Portuguese and Spanish to subtitle Mosireen videos into:

it's important that we connect with this kind of global protest movement because although it's a very widely held sentiment here in Egypt that our uprising has been

connected or related to protest elsewhere, I think it is important to try and push those kinds of interpretations as much as possible. And I think, especially at a period like this, it's important to keep in mind that what happened in Egypt was in large part inspired by what happened elsewhere and vice-versa.

Samah Selim's discussion of crisis translation vs deep translation in her contribution to *Translating Dissent* also confirms that connections with other struggles across the world are very much part of volunteer activist translators' vision of how political and social change can be effected. Contrasting it to crisis translation, which she defines as "an emergency call for solidarity", she advocates deep translation in order to build "international solidarity networks that are nonetheless firmly rooted in the granular struggles of a particular place" (2016:84). Working alongside Mosireen film makers during the Egyptian uprisings in 2011-2013, activist subtitlers like Samah ensured that "a series of videos in 2012 on the uprisings in the Egyptian industrial sector and worker control of abandoned and newly nationalized factories" were subtitled into Spanish to make sure that "links were forged with the Argentine factory recovery movement that emerged in the wake of Argentina's massive debt default of 2001" (ibid.:85). Moving in the other direction, "[a] documentary on the recovery movement at the Argentine Zanon factory was subtitled into Arabic and screened for the Egyptian workers on strike at the Suez-based Iffco Refinery" and "[a] message of solidarity from the Zanon workers for striking Ceramica Cleopatra factory workers was also translated as part of this *Mosireen* initiative and screened for the workers in Egypt" (ibid.).

There is no doubt then that a shared culture of resistance exists across the whole world today, and that volunteer activist translators and interpreters play a key role in nurturing the connections that keep this culture alive. But many other sectors of society are also aware of the connectedness of struggles, not just geographically but also in terms of forms of oppression such as racism and colonialism. In her justification for refusing to allow her book *The Color Purple* to be translated and published in Israel, for instance, Alice Walker drew an analogy between the black struggle and the struggle for Palestinian rights, stating

that “Israeli policies were “worse” than the segregation she suffered as an American youth” (*Times of Israel* 2012).

Having said this, it is also clear that much more needs to be done to connect movements in various parts of the world, including the Middle East and Latin America, with those in Asia and Africa. The conference I organized in Cairo in 2015 (see <https://globalizingdissent.wordpress.com/>) and responses I received following various presentations in different parts of the world drew my attention to this issue. For example, one of the activists who attended the conference in Cairo came from Taiwan, and later wrote to tell me that they didn’t know much about what was happening in Egypt there; she then volunteered to subtitle some Mosireen videos into Chinese to help spread the word. Similarly, when I gave a talk on volunteer subtitling during the Egyptian uprisings at the University of Virginia Charlottesville in 2014, a student from Ethiopia approached me at the end to say that much was happening in her country but it was largely disconnected from and invisible to activists in other parts of the world, including Egypt. This suggests that much more needs to be done to connect with activists in Asia and Africa in particular, and that we must prioritize subtitling and translating into, from and between languages like Amharic, Swahili, Chinese, Urdu and Thai rather than continue to focus exclusively on English and other European languages.

Junia Zaidan: You are a voice from a non-hegemonic country whose work in Europe has played a crucial role in making visible a range of problems, conflicts, violences, narratives from the periphery that otherwise might have remained unheard of. What word of advice would you give undergraduate and graduate students from a Latin American country marked by (neo)colonial violence like Brazil, in order for them to deconstruct eurocentric perspectives on society through translation?

Mona Baker: This is a difficult question, because I believe that each of us draws on a different set of experiences and areas of strengths to make our own contribution to the fields in which we end up working. What contribution we manage to make, moreover, is

constrained or enabled by the particular circumstances – including working environments – in which we find ourselves, especially at the beginning of our careers, when we lack the experience and the confidence to articulate a vision that reflects our own perspective on the world and is capable of engaging others.

I have been extremely lucky in working in a broadly supportive, flexible environment at the beginning of my academic career, albeit one in which hegemonic values and modes of interaction did intimidate me for several years, until I acquired enough confidence and experience to push back against them. I was particularly fortunate at that stage to be given considerable leeway in terms of pursuing almost any topic that appealed to me, and time to experiment with different types of research. This is no longer common in academia, especially in the UK, where most academics work extremely long hours just to stay on top of basic teaching and administrative duties, and where various measures have been put in place to direct their research through initiatives such as the impact agenda and the pressure to apply for grants earmarked to specific themes. While this scenario may offer some advantages, it does have the effect of over structuring career paths and leaving early career academics in particular little time and opportunity to think beyond the next deadline, the next hurdle on the way to securing a position in the academy, and practically no chance of developing enough confidence to question hegemonic values and practices. Before they know it, early career researchers now find themselves stuck with a particular combination of teaching topics and research avenues, within their chosen discipline, that they have to prioritize in order to get a job – because these are the teaching areas in demand and the kind of research deemed worthwhile by the hegemonic institutions to which they are applying.

These challenges exist for scholars from hegemonic as well as those from non-hegemonic countries and require a high level of determination, as well as luck, to overcome. Challenges of this nature aside, young scholars should be encouraged to approach research as a worthwhile and enjoyable endeavour rather than a chore or a means to securing an academic job. The more an area of research captures their imagination the more likely they are to make a genuine contribution to it. The stronger their position in

academia becomes, and the more they collaborate within organized networks such as unions and associations, the more able they will be to introduce fissures within the edifice of hegemonic structures.

Referências

ASKIMAKOULAS, Dimitris. Translation as Social Action: Brecht's Political Texts in Greek. *TTR: Traduction, Terminologie, Rédaction*, v. 20, n. 1, 2007, p. 113-140.

ASKIMAKOULAS, Dimitris. Translating "Self" and "Others": Waves of Protest under the Greek Junta. *The Sixties: A Journal of History, Politics and Culture*, v. 2, n.1, 2009, p. 25-47.

BAKER, Mona. Narratives of Terrorism and Security: 'Accurate' Translations, Suspicious Frames. *Critical Studies on Terrorism*, v. 3, n. 3, 2010, p. 347-64.

BAKER, Mona. The Prefigurative Politics of Translation in Place-based Movements of Protest: Subtitling in the Egyptian Revolution. *The Translator*, v. 22, p. 1, 2016, p.1-21.

BOÉRI, Julie. A Narrative Account of the Babels vs. Naumann Controversy: Competing Perspectives on Activism in Conference Interpreting. *The Translator*, v. 14, n. 1, 2008, p. 21-50.

CALZADA PÉREZ, Maria. Translators and Translation Studies: Scholars as Inoculators of Resistance. *The Translator*, v. 13, n. 2, 2007, p. 243-269.

CAULDRY, Nick (in press). Foreword. In: STEPHANSEN, Hilde; TRERÉ, Emiliano (eds). *Citizen Media as Practice*, London & New York: Routledge.

RAFAEL, Vicente L. *Contracting Colonialism: Translation and Christian conversion in Tagalog society under early Spanish rule*, Durham: Duke University Press, 1993.

SALDANHA, Gabriela; Mona Baker. Introduction. In: BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela (eds). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, London & New York: Routledge, 2019 (in press).

SELIM, Samah. Text and Context: Translating in a State of Emergency. In: BAKER, Mona (ed.). *Translating Dissent: Voices from and with the Egyptian Revolution*, London & New York, 2016, 78-87.

TIMES OF ISRAEL. *Alice Walker Says No to Hebrew 'Purple'*, 19 June, 2012. <https://www.timesofisrael.com/alice-walker-refuses-to-authorize-hebrew-version-of-the-color-purple/>.

TYMOCZKO, Maria. *Translation in a Postcolonial Context: Early Irish Literature in English Translation*, Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.

ZAIDAN, Junia C. Santana de Mattos. Tradução, mídia e democracia: o golpe de 2016 como guerra discursiva. In: GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia Claudia S. M.; SALGUEIRO, Wilberth (Orgs.). *Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas: Pontes, 2019.

Sugestões de obras de autoria, edição e co-edição de Mona Baker:

BAKER, Mona. *Translating Dissent: voices from and within the Egyptian Revolution (Critical Perspectives on Citizen Media)*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2016.

BAKER, Mona. [The Prefigurative Politics of Translation in Place-based Movements of Protest: Subtitling in the Egyptian Revolution](#). *The Translator*. 22, 1, p. 1-21, 2016.

BAKER, Mona & BOLETTE, Blaagaard. *Citizen Media and Public Spaces: Diverse Expressions of Citizenship and Dissent*. Londres: Routledge 2016.

[BAKER, Mona. Translation as an Alternative Space for Political Action](#). *Social Movement Studies*. 12, 1, jan p. 23-47 24, 2013.

[BAKER, Mona](#). Interpreters and translators in the war zone: Narrated and narrators. In: *Translator*, 16, 2, p. 197-222 25, 2010.

BAKER, Mona. *Critical Readings in Translation Studies*. Londres: Routledge, 2010.

BAKER, Mona. [Translation and Activism: Emerging Patterns of Narrative Community](#). In: TYMOCZKO, Maria. (ed.) *Translation, Resistance, Activism*. Amherst e Boston: University of Massachusetts Press, p. 23-41 18 p., 2010.

BAKER, Mona. *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998. 2001; second edition, co-edited with Gabriela Saldanha, 2009.

BAKER, Mona. *Critical Concepts: Translation Studies*. Londres: Routledge, 2009.

[BAKER, Mona. Resisting state terror: theorizing communities of activist translators and interpreters](#). In: BIELSA, E. (ed.) & HUGHES, C. W. (ed.). *Globalisation, Political*

Violence and Translation. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan Ltd., p. 222-242 21, 2009.

[BAKER, Mona. Reframing conflict in translation.](#) *Social Semiotics*. Jan 17, 2, p. 151-169 18, 2007.

BAKER, Mona. *Translation and Conflict: A Narrative Account*. Londres e Nova Iorque. Routledge, 2006.

BAKER, Mona. *In Other Words: A Coursebook on Translation*. Londres: Routledge, [1992] 2011.